

**VISÃO DOS ESTUDANTES DO IFAL ACERCA DA EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REALIDADE DE INCLUSÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IFAL**

Maria do Perpétuo Socorro Tenório Duarte

Instituto Federal de Alagoas

**RESUMO**

O presente artigo trata a temática da educação, da inclusão e das políticas públicas com relação aos alunos do Ensino Médio do IFAL destacando o papel do assistente social no processo de inclusão social dos estudantes da escola pública brasileira. Justifica-se pela importância do desenvolvimento de programas de apoio, auxílio e incentivo aos alunos na instituição. Objetiva investigar acerca da realidade do atendimento das exigências da educação, inclusão social e políticas públicas do educandário, averiguando o processo de desenvolvimento de tais práticas na instituição. A metodologia aplicada foi efetuada por meio de uma pesquisa exploratória de natureza descritiva e bibliográfica, acompanhada de um estudo de caso caracterizado por uma pesquisa campo compreendendo o universo amostral de 600 alunos do Ensino Médio do Ifal. Os resultados encontrados delinearam uma realidade de que a instituição carece de efetuar mudanças no modelo de gestão, permitindo aos profissionais do Serviço Social condições de trabalho adequado para a promoção da inclusão social e formação educacional dos estudantes, bem como melhorias de infraestrutura e operacionalização na organização educacional estudada.

Palavras chaves: Educação. Serviço Social. Inclusão Social. Políticas Públicas.

**ABSTRACT**

This article deals with the issue of education, inclusion and public policies in relation to IFAL High School students highlighting the role of the social worker in the process of social inclusion of Brazilian public school students. It is justified by the importance of the development of programs of support, help and encouragement to the students in the institution. It aims to investigate the reality of meeting the demands of education, social inclusion and public policies of the educandário, investigating the process of development of such practices in the institution. The applied methodology was carried out by means of an exploratory research of descriptive and bibliographic nature, accompanied by a case study characterized by a field research comprising the sample universe of 600 students of the High School of Ifal. The results found outlined a reality that the institution needs to make changes in the management model, allowing social work professionals adequate working conditions for the promotion of social inclusion

and educational training of students, as well as improvements in infrastructure and operationalization in the organization educational background.

Keywords: Education. Social service. Social inclusion. Public policy.

## **INTRODUÇÃO**

As políticas públicas se evidenciam com a intervenção do Poder Público no ordenamento das prioridades sociais. Neste caso, por ter a educação uma série de políticas públicas para contemplar a população como um todo, com o objetivo de alcançar a inclusão social, permitindo a afirmação dos direitos do mais diverso segmento social e, em conformidade com as previsões constitucionais, corresponde, no campo educacional brasileiro, à preparação para a vida e para o trabalho, bem como ao exercício da cidadania.

O processo inclusivo educacional tem contemplado a formação de Portadores de Necessidades Especiais (PNE), quando, na verdade, deve contemplar, de forma mais ampla, toda a população de excluídos sociais que se encontram à margem e carente de uma educação de qualidade e que o processo educacional seja capaz de preparar o discente para a formação profissional, para a cidadania e para a vida. Desta forma, o presente artigo tem por base a previsão constitucional e as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394/1996, pretendendo observar de que forma as políticas públicas desenvolvidas nas esferas governamentais promovem a inclusão social e educacional para os estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), bem como identificar o papel do Assistente Social na promoção do processo inclusivo na instituição educacional em estudo.

## **EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

A educação nos últimos tempos tem adquirido uma importância sem precedentes nas pautas de discussão como um dos mais complexos processos constitutivos da vida social. A compreensão da educação como totalidade histórica, compreendendo-se a política educacional como uma dada expressão das lutas sociais, em particular, aquelas travadas em torno da disputa pela hegemonia no campo da cultura que não pode ser

pensada de forma desconexa da sua dinâmica particular com o mundo da produção (PIMENTA, 2002; ALMEIDA, 2005, DELORS, 1999).

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, principalmente, a partir do seu art. 205, que define as regras que regerão as coisas afeitas à educação e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do cidadão, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho. Tais determinações levaram à Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, reafirmando que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. O que quer dizer que fica especificado que as práticas sociais e políticas e as práticas culturais e de comunicação, são integrantes do exercício do cidadão.

Para Ferreira et al (2010, p. 169), a “[...] educação compreende todos os processos, institucionalizados ou não, que visam a transmitir ao educando conhecimentos e padrões de comportamento com o objetivo de garantir a continuidade da cultura da sociedade”. Vê-se a partir disso que a educação pode formar o cidadão que terá consciência dos ideais democráticos e que assim poderá reverter o quadro de exclusão social.

Além disso, observa Delors (1999, p. 54), que a educação pode ser “[...] um fator de coesão, se procurar ter em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, evitando tornar-se um fator de exclusão social e combatendo todas as formas de exclusão”. Nesse caso, vê-se o grande desafio do homem em conciliar os seus próprios interesses com os interesses coletivos, bem como a sua liberdade compartilhada com a coletiva.

Há que se considerar, no entanto, que o direito à educação não significa somente acesso a ela, como também, que essa seja de qualidade e garanta que os alunos aprendam. O direito à educação é também direito a aprender e a desenvolver-se. Para que isso seja possível é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, proporcionando a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidade individuais. Conforme Pequeno (2008, p. 9), “A educação é uma política pública social caracterizada pela Constituição Federal de 1988 como um direito de todos [...] relacionada com o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação pra o trabalho”. E isso quer dizer que a educação no Brasil ganha significado constitucional

em respeito ao princípio da dignidade humana e ao exercício da cidadania. Tal condução, para Brasil (2010), está assentada, assim, em razão da demanda social por educação pública implica produzir uma instituição educativa democrática e de qualidade social, devendo garantir o acesso ao conhecimento e ao patrimônio cultural historicamente produzido pela sociedade, por meio da construção de conhecimentos críticos e emancipadores a partir de contextos concretos. Para tanto, considerando a sua história, suas condições objetivas e sua especificidade, as instituições educativas e os sistemas de ensino devem colaborar intensamente na democratização do acesso e das condições de permanência adequadas aos estudantes no tocante à diversidade econômica, étnico-racial, de gênero, cultural e de acessibilidade, de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã e profissional ao longo da vida.

Mediante isso, entende-se que a educação deve atuar na diminuição das desigualdades sociais, possibilitando o aprendizado eficiente para a formação do cidadão e sua qualificação para o desempenho profissional na sociedade. Assim, os direitos consagrados e garantidos constitucionalmente são importantes para ampliar o acesso à educação, permitindo inclusão social e educacional e possibilitando a formação do cidadão como ser e profissional qualificado.

Para a legislação brasileira, a educação, conforme Alves (2011) é concebida como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e pela emancipação social. Nessa perspectiva, a educação se compromete com a formação integral do ser humano, alcançando todas as dimensões de sua relação com a sociedade. Assim, para esse autor, dentro da política de educação, a assistência tem o papel de mobilizar recursos de forma a garantir a permanência e o percurso dos estudantes socialmente diferenciados no processo de formação profissional.

Para o setor da Educação, o Brasil amparou-se nas previsões constitucionais, determinando que a promoção do emprego e renda será fundamentada na produção de educação para o trabalho e com uma gestão participativa da sociedade no seu contexto. Nesse contexto, a educação, conforme previsto nos ditames constitucionais inseridos no art. 205 da Carta Magna, é dever do Estado e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Corroborando, portanto, esta previsão a democratização educacional atender aos anseios de construção de uma

sociedade livre, justa e solidária, de garantia do desenvolvimento nacional, de erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, tudo, enfim, em atendimento aos princípios da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da solução pacífica dos conflitos, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e da isonomia e equidade expressos nos direitos e garantias fundamentais.

Por esta razão, a educação é um foco para desenvolvimento de políticas públicas, que assumiu com a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96, conforme disposto no seu art. 1º, a abrangência dos processos formativos que se desenvolvem no seio da vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais. Para a educação as Políticas Públicas tem uma atuação muito grande, como diversos instrumentos involuntários de aplicação governamental, como regulamentos - leis, medidas provisórias etc., ou de atuação de qualquer outro ator político. Com isso, as políticas educacionais, enquanto políticas públicas, são definidas, implementadas e avaliadas em estreita relação com o desenvolvimento social dos países. Elas retratam os tipos de regulação adotados por determinada sociedade, segundo a ideologia vigente.

Para Godoy (2008, p. 126) a política educacional reflete as expressões da questão social impondo desafios aos sujeitos que participam de seu planejamento e execução, sendo, pois, demanda do Serviço Social. Dessa forma a sua execução atende aos interesses do mercado e impõe desafios à formação da cidadania. Assim sendo, as políticas públicas evoluem, e com elas evoluem os paradigmas, buscando soluções para o gerenciamento e a qualidade educacional mediante a parceria com os que fazem à educação acontecer no cotidiano da escola, reuniu-se todas as forças para melhor desenvolver o processo educacional.

Para Ferreira et al (2010, p. 169), as políticas públicas são ações governamentais executadas com o dinheiro público e voltadas para fornecer serviços essenciais como educação, saúde, segurança, habitação, cultura, informação.

As políticas voltadas para educação são parte constitutiva articulada ao projeto de sociedade que se pretende implantar ou que está em curso em um dado momento histórico. Como exemplo dessas políticas públicas o Brasil desenvolveu ações e programas visando a promoção do emprego e renda, com vários mecanismos criados e

implantados, a exemplo do seguro-desemprego, criado em 1965 e destinado aos trabalhadores desempregados. Com essa medida promoveu-se um conjunto de medidas como a criação do cadastro permanente de admissão e dispensas de empregados, instituindo um plano de assistência ao desempregado. Por outro lado, o *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis* (FONAPRACE), propôs em 1997, a implantação de um Plano Nacional de Assistência que atenda o estudante de baixa renda, buscando reduzir as desigualdades sociais e permitir a expressão de seu potencial durante a vida acadêmica. Esse plano, para o autor, pretende criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos alunos de baixa renda, como forma de garantir a permanência do estudante no campus, dando-lhes oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral. Por consequência, surgiu o Pro-Emprego, criado em 1999 incorporou ações nas áreas de educação, administração tributária, saúde pública, projetos multisetoriais, comércio, infraestrutura, serviços de exportação e de promoção às pequenas e médias empresas (PME). Inclui-se nesse rol de programas sociais do FAT Habitação, Fat Revitalização, FAT Exportação, FAT Pro-inovação, FAT Fomentar, Modermaq e FAT Estrutura (DURLI, 2008; KUENZER, 2009, LOPES, 2011, ROLAND, 2011).

Há que se considerar que todas as ações de políticas públicas de emprego foram integradas no Sistema Público de Emprego intermediando mão-de-obra, por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE), na qualificação social e profissional por meio do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), concessão do seguro desemprego e política de inserção da juventude por meio do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), visando auxiliar *o trabalhador na busca de emprego e promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. Ainda destaca-se a destinação para o emprego dos recursos do Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), que constituem o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), definindo os recursos que devem garantir assistência aos desempregados, e garantir renda suplementar através do Abono Salarial aos trabalhadores de baixa renda e financiar programas de desenvolvimento econômico, com vistas na geração de emprego e conter a rotatividade da força de trabalho* (DURLI, 2008; KUENZER, 2009, LOPES, 2011, ROLAND, 2011).

Com o Plano Nacional de Educação (PNE) deu-se a adoção de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico. Com essas determinações, coube às instituições educacionais, assumir a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes. Dá-se, então, o desenvolvimento do Programa Bolsa-Escola que se transformou no mais amplo programa social do mundo em abril de 2001, com recursos federais para que famílias pobres recebam auxílio financeiro e, como contrapartida, mantenham seus filhos na escola. Outros programas surgiram como o Programa Fome Zero (PFZ), o Bolsa Família, o Brasil Alfabetizado, Inclusão Digital, Assistência Estudantil (PNAES), entre outros.

Observou-se, portanto, que a inclusão tem sido uma tônica desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a Carta Cidadã, no sentido de exercício de cidadania para todos os indivíduos.

Em relação à inclusão, conforme Brasil (2010), esta poderá ser efetivada por meio da inclusão econômica, proporcionando a garantia do trabalho com habilitação e reabilitação; na inclusão social, diminuindo o preconceito com a plena integração na sociedade, inclusive na área da cultura e lazer; na inclusão educacional, que vem a ser o processo de inclusão na rede comum de ensino em todos os seus graus que formatem a proposta da escola inclusiva; a inclusão ambiental, no sentido mais amplo do termo e que representa a queda das barreiras arquitetônicas; e inclusão na saúde com um trabalho de prevenção, reabilitação e acesso aos estabelecimentos de atenção à saúde. Essa inclusão se promoverá pela criação de condições que favoreçam ao máximo a autonomia das pessoas na comunidade e, a escola, numa sociedade tão desigual como a brasileira, desempenha um papel fundamental na promoção dessas condições, seja por meio da apropriação do saber, seja na criação de um espaço real de ação e interação que favoreça o fortalecimento e o enriquecimento da identidade sociocultural. Assim, um paradigma definiu o conceito de educação inclusiva que pressupõe uma reestruturação da educação para tornar a escola um ambiente democrático de valorização da diversidade, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência. Vê-se, portanto, que a inclusão é um movimento amplo e de natureza diferente ao da integração de alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais especiais. Assim, o termo “Educação Inclusiva” propõe tentativas de atender a diversidade das necessidades educacionais dos alunos nas escolas. Doutra

forma, a Educação Inclusiva também aspira tornar efetivos os direitos à educação, à igualdade de oportunidades e de participação, isto indica que todos os alunos têm direito a serem assistidos nas escolas de sua comunidade, participando nas atividades com todos os seus companheiros e no currículo comum tanto o quanto seja possível. Assim, a inclusão resulta de um complexo processo de integração, de mudanças qualitativas e quantitativas, necessárias para definir e aplicar soluções adequadas. Em suma, é a inclusão capaz de viabilizar a inserção das pessoas no meio social do qual fazem parte e mais, possibilitar que haja interação entre todos.

É a partir desse corpo legal que, segundo Teixeira (2011), a profissão do assistente social consolidou-se e avança por meio da conquista de novas responsabilidades profissionais e de novos espaços ocupacionais, onde se impõem exigências de expansão qualitativas e quantitativas de conhecimentos no campo teórico e prático. Nesse sentido, assinala Almeida (2011) que a aproximação do serviço social ao campo educacional como caudatária dos avanços e acúmulos teóricos da profissão nas discussões em torno das políticas sociais como *locus* privilegiado da ação profissional. Uma vez que para Araujo (2010), na escola, o assistente social é o profissional que se preocupa em promover o encontro da educação com a realidade social, através da abordagem totalizante das dificuldades e necessidades dos alunos. E, conforme Santos (2011), a atuação do assistente social na escola se concretiza ao subsidiar, auxiliar a escola, e seus demais profissionais, no enfrentamento das questões que integram a pauta da formação e do fazer profissional do serviço social, atuando em equipes interdisciplinares, possibilitando uma visão mais ampliada e compreensões mais consistentes em torno dos mesmos processos sociais.

Dessa forma, a importância do assistente social, conforme CFESS (2001) e CFESS (2009), está em integrar equipes de ensino da área de educação, contribuindo para melhoria das condições da constituição do direito à educação pública, atuando no processo de inclusão social de crianças e adolescentes em idade escolar.

É por conta disso que o presente artigo voltou-se para realização de pesquisa de campo no Instituto Federal de Alagoas (Ifal), por possuir a função social de formar cidadãos capazes de reconhecerem-se sujeitos de ideias e de conhecimentos nos mais diversos campos do saber, da cultura e das artes, promovendo a qualidade social da educação fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que



possibilitem o desenvolvimento sócio-econômico-cultural alagoano e brasileiro (IFAL, 2009).

O universo compreendido pela pesquisa realizada delimitou-se ao Câmpus Maceió do IFAL que, conforme IFAL (2009), localizado na capital do estado de Alagoas, procurando atender a população interessada no setor de serviços, indústria e construção civil, proveniente dos municípios que compõem a chamada Microrregião geográfica de Maceió, a saber: Maceió, Paripueira, Rio Largo, Barra de Santo Antônio, Pilar, Satuba, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro e Barra de São Miguel; além dos municípios de São Miguel dos Campos, Murici, Atalaia, Boca da Mata e União dos Palmares. Daí a importância do Câmpus do IFAL em Maceió, que tem por objetivo formar mão-de-obra qualificada para atender as demandas da região e contribuir para a elevação do nível cultural da população menos favorecida.

Os programas desenvolvidos na instituição estão arrolados no art. 8º da Resolução 09/CS, de 30 de março de 2011, uma vez que a política de atendimento discente do IFAL (2009), possui o objetivo de diversificar as formas democráticas de ingresso no Ensino Público Federal, estabelecendo requisitos para cada nível ou modalidade de ensino, desde o Curso Técnico Integrado, Subsequente e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além desses, encontram-se, ainda, os cursos superiores. Assim, o IFAL, por meio da Coordenadoria de Serviço Social, desenvolve o Programa Bolsa de Iniciação Profissional, anteriormente denominado de Bolsa de Trabalho, possuindo 130 alunos inscritos na condição de bolsistas, distribuídos nos diversos segmentos organizacionais. Esse programa contempla o bolsista que labora na instituição com carga de trabalho de 15hs semanais, percebendo valor de R\$ 397,00 mensais, sendo que R\$ 255,00 correspondentes ao valor da bolsa, acrescido do valor de R\$ 42,00 referentes ao auxílio transporte e mais R\$ 100,00 correspondentes ao auxílio alimentação. Convém observar que o valor pago correspondente ao Auxílio Alimentação é efetuado pelo IFAL, em virtude da reforma que está sendo realizada no refeitório da instituição, sem previsão de retorno das atividades.

Entre os programas estão o Bolsa de Estudo, de Auxílio Transporte, de Apoio às Atividades Estudantis, de Auxílio Alimentação, de Alimentação e Nutrição (Panes), de Aconselhamento Psicológico, de Prevenção a Fatores de Risco e Promoção da Saúde Mental, de Orientação Profissional, de Informação Cultural, de Residência Estudantil e Auxílio Moradia, de Assistência aos Estudantes com Necessidades Específicas, Assistência à Saúde, de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, Bolsa PROEJA (IFAL, 2011).

Vê-se, pois, que os programas de apoio pedagógico e financeiro do IFAL (2009), são diversos e organizados pela Coordenadoria de Serviço Social e por outros segmentos competentes da instituição. Esses programas exigem um acompanhamento rigoroso porque os alunos ingressam e são excluídos, dependendo de cada situação apresentada pelos mesmos, no momento de seu afastamento. Situações estas que são justificadas por diversos motivos tornando assim, uma atividade muito flutuante e exigindo um acompanhamento diário. Sem falar, que sempre estamos migrando os alunos de um programa de valor financeiro menor para um maior, dependendo da condição de vulnerabilidade social de cada aluno e de vagas.

A partir disso, realizou-se uma investigação por meio de uma pesquisa exploratória de natureza descritiva e bibliográfica, acompanhada de um estudo de caso caracterizado por uma pesquisa campo no universo trabalhado, com a finalidade de analisar a visão dos alunos acerca da inclusão social e da ação do Assistente Social nas políticas públicas no IFAL. O universo da população e amostra considerou-se o total de estudantes do IFAL, Campus Maceió, levantado pelo número de 3.057 alunos matriculados nos cursos ofertados, sendo que 53% estão nos cursos integrados, 9% nos subsequentes, 24% no Superior/Tecnólogo, 9% em Licenciaturas, 4% em bacharelados e 1% na prática profissional.

Considerando esse contingente, contemplou-se 600 alunos do Ensino Médio da instituição estudada para constituição da amostra, aqui, doravante, denominados de respondentes, que correspondem a 20% dos estudantes matriculados nos mais diversos cursos. A amostra constituída pelos 20% do contingente total da Ifal, resultou apurada que 18%, ou seja, 108 alunos são bolsistas dos diversos programas desenvolvidos no educandário em estudo, e 82%, ou seja, 492 alunos, estão matriculados nos cursos subsequentes e integrados, contemplados pelo programa de Auxílio Transporte ofertado pela instituição estudada. Estes, portanto, compreendo a população envolvida no universo amostral.

Por resultado, observou-se que a instituição apresenta uma realidade acompanhada de uma série de problemas detectados pela classe estudantil. Assim sendo, visualiza-se que por meio, do Departamento de Apoio Acadêmico os segmentos a seguir: como a Coordenadoria de Serviço Social, Coordenadoria de Alimentação e Nutrição, Setor de Saúde ( Médicos/Odontólogos/Enfermeiros ) e Setor de Psicologia desenvolvem atividades com os alunos, tendo cada um dos segmentos mencionados seu atendimento específico. É nesse Departamento que se encontra a competência de

coordenar as ações dos segmentos de Serviço Social, Psicologia, Médico, Odontológico, Enfermagem e Alimentação e Nutrição, conforme visto anteriormente, com atribuições específicas e nomeadas na realização de análise socioeconômica dos discentes para concessão de vários atendimentos dentre eles temos, as Bolsas de Estudo ou de Iniciação Profissional, prestar assistência aos alunos carentes da Unidade Maceió, caracterizar o perfil escolar dos alunos, encaminhar a instituições próprias os alunos que necessitem de assistência especializada, entre outras atividades.

Observou-se que a instituição em estudo desenvolve uma série de programas inseridos na Política de Assistência Estudantil (PAE), voltados para o desenvolvimento estudantil, entre eles, Programa de Bolsa de Iniciação Profissional, Programa Bolsa de Estudo, Programa de Auxílio Transporte, Programa de Apoio às Atividades Estudantis, Programa de Auxílio Alimentação, Programa de Alimentação e Nutrição Escolar, Programa de Aconselhamento Psicológico, Programa de Prevenção a Fatores de Risco e Promoção da Saúde Mental, Programa de Orientação Profissional, Programa de Informação Cultural, Programa de Residência Estudantil e Auxílio-Moradia, Programa de Assistência aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas, Programa de Assistência à Saúde, Programa de Cultura, Arte, Ciência e Esporte e Programa Bolsa PROEJA. Esses programas atendem a função social do IFAL na formação de cidadãos e na promoção da qualidade social da educação. Especificamente no Câmpus Maceió do IFAL, universo da presente pesquisa, que além da oferta de Cursos do Ensino Médio Técnico Integrado e Subsequente, bem como outros cursos profissionalizantes e superiores. Por meio da Coordenadoria de Serviço Social, desenvolve Programa de Bolsa de Iniciação Profissional (antiga Bolsa de Trabalho), que contempla 130 alunos na condição de bolsistas, representando 4% dos estudantes matriculados. Tem-se, portanto, por resultado que apenas 4% dos estudantes do IFAL, Câmpus Maceió, participam do programa Bolsa de Iniciação Profissional, razão pela qual a maioria do contingente pesquisado observa dificuldades de se inscrever e, ao mesmo tempo, quando instados pela pesquisa obter altos índices de abstenção na avaliação acerca desse como dos programas ofertados pela instituição. Além do mais, reitera-se a necessidade de se observar que o valor pago correspondente ao Auxílio Alimentação é efetuado pelo Câmpus Maceió do IFAL em virtude da reforma que se realiza no refeitório da instituição, sem previsão de retorno das atividades.

Com relação ao Programa Bolsa de Estudo, esse é ofertado no Câmpus Maceió do IFAL, contemplando 100 alunos da instituição para recepção do valor

correspondente, com acompanhamento realizado por meio da avaliação do rendimento escolar. Esse contingente contemplado no programa em referência corresponde a 3% dos estudantes matriculados no Câmpus Maceió da instituição, esse resultado reitera o abordado anteriormente, quando se constata que apenas 7% do contingente estudantil, participam dos dois programas até agora analisado, confirmando, assim, a dificuldade dos estudantes de participarem dos programas ofertados e, ao mesmo, dificultando a exposição de seus comentários a respeito do atendimento dos propósitos dos referidos programas.

Com relação ao Programa de Auxílio Transporte, este contempla 200 alunos do Câmpus Maceió do IFAL para percepção de R\$ 42,00 mensais, visando possibilitar o deslocamento do aluno no itinerário residência/escola e escola/residência. Correspondente, esse contingente contemplado a 6% dos alunos matriculados na instituição, mais uma vez evidencia-se a interpretação de que apenas 6% dos estudantes participam do programa em análise, totalizando 13% dos estudantes que participam dos programas até então analisados no Câmpus Maceió do IFAL.

No tocante ao Programa de Apoio às Atividades Estudantis, esse Programa concede mediante receita médica 60 óculos corretivos, anualmente, tendo seu o valor estimado em R\$ 150,00 por armação, bem como concedendo anualmente cerca de 300 camisas para o fardamento escolar, em média. Por fim, há a concessão de material didático que, no momento, não está sendo executado por indisponibilidade financeira da instituição educacional. Observa-se, portanto, que esse programa contempla, em média, 360 alunos, anualmente, o que representa 11% da classe estudantil da instituição. Evidencia-se, portanto, a interpretação de que apenas 11% dos estudantes são contemplados com o programa, perfazendo um total de 23% estudantes contemplados com os programas até então analisados.

Por fim, em relação com o Programa de Auxílio Alimentação, o Câmpus Maceió do IFAL, por meio da Coordenadoria de Serviço Social, concede a bolsa de R\$ 100,00 mensais para os alunos inscritos no Programa Iniciação Profissional, que totalizam 130 bolsistas. O pagamento desse valor se deve pelo fato de que o refeitório se encontra fechado há mais de 2 anos no referido Câmpus.

Com relação aos demais programas, recolheu-se informações da instituições dando conta de que: O Programa de Alimentação e Nutrição Escolar não se encontra em desenvolvimento devido fechamento do refeitório para reforma. O Programa de Prevenção a Fatores de Risco e Promoção da Saúde Mental não é realizado no Câmpus

da instituição em estudo. O Programa de Informação Cultural não é executado pela instituição. O Programa de Aconselhamento Psicológico é desenvolvido pelo Setor de Psicologia da instituição, contando com 3 profissionais psicólogas. O Programa de Orientação Profissional é um programa de responsabilidade do Setor de Psicologia com apoio da Direção Geral de cada Câmpus, porém não está sendo executado. O Programa de Residência Estudantil e Auxílio Moradia, só é realizado no Câmpus de Satuba – AL. O Programa de Assistência aos Estudantes com Necessidades Específicas não é executado pelo Câmpus da instituição. O Programa Assistência à Saúde é executado pelo Setor de Saúde (Médico e Odontológico) de forma ambulatorial. O Setor Médico atende servidores e alunos, enquanto o Setor Odontológico só presta atendimento aos alunos. O Programa de Cultura, Arte, Ciência e Esporte só funciona na instituição quando da realização de eventos esporádicos. O Programa Bolsa PROEJA é executado pela coordenação do PROEJA possibilitando aos alunos a recepção do valor de R\$ 100,00 mensais e, também, outros alunos, após uma análise socioeconômica realizada pela Coordenadoria do Serviço Social inclui valores do programa Auxílio-Transporte. Assim, tem-se que as atividades executadas pela Coordenadoria de Serviço Social contemplam cerca de 790 alunos, representando 21% dos estudantes matriculados na instituição analisada,

Tem-se, até aqui, delineado todo o trabalho executado pela coordenadoria do Serviço Social, muito embora, mesmo tendo um maior significado na contemplação dos estudantes, a mesma encontra dificuldades porque dependem de recursos financeiros que são repassados através da verba da Assistência Estudantil encaminhada pelo MEC.

É nesse tocante que se visualiza a hipótese de estudo, defendendo que para que haja inclusão dos alunos do Ensino Médio no IFAL é preciso que o profissional do Serviço Social coloque em prática as políticas públicas da educação. Isso subentende a realidade de que num universo de 3.057 alunos matriculados no Câmpus Maceió do IFAL, apenas 21% destes são contemplados com os programas ofertados pela instituição. E para que o Serviço Social possa desenvolver suas atividades para inclusão social e atendimento dos anseios e desejos dos estudantes do Câmpus Maceió do IFAL, necessita de infraestrutura adequada e de atenção dos gestores da instituição, para que possa, efetivamente, atender os princípios, metas e objetivos da instituição, bem como possibilitar o atendimento das competências e atribuições que lhes são conferidas nos propósitos da instituição escolar. Entretanto, se faz necessário que os gestores da instituição, em primeiro lugar, tomem medidas saneadoras e adequadas para satisfazer

as exigências de uma infraestrutura adequada e destinação estratégica para as ações do profissional do Serviço Social no contexto de gestão da instituição. Além disso, os gestores da instituição precisam atender as suas expectativas dos estudantes de não terem atendidos seus anseios com relação à prática pedagógica ao ministrar os conteúdos na sala de aula, atender aos anseios e desejos dos estudantes como cidadãos contemplados, representando que estes não são devidamente trabalhados e acompanhados no contexto da instituição educacional, evidenciando um processo de inclusão social equânime. Enquanto isso há que considerar a insatisfação dos estudantes respondentes com os servidores da instituição, requerendo, assim, a adoção de uma gestão democrática que contemple todos os estudantes do educandário, melhorando a infraestrutura e a estrutura física que não satisfaz aos anseios e desejos dos estudantes, quando é avaliada como precária para a grande maioria dos respondentes, exigindo-se mudanças no modelo de gestão da instituição estudada, bem como possibilitar a participação de um maior público nos programas ofertados. Tais interpretações se encontram embasadas no fato de que: 87% dos respondentes não participam do Programa Bolsa de Trabalho; 77% dos respondentes não participam do Programa Alimentação-Refeitório; 92% dos respondentes não participam do Programa de Apoio às Atividades Estudantis; e eleição de necessidades como melhorias na estrutura física, nos laboratórios, na presença do professor na sala de aula, dificuldade de participação dos programas, entre outros temas elencados pelos respondentes. Nesse sentido, encontrou-se a realidade de que 56% dos respondentes alegam que às vezes os conteúdos ministrados em sala de aula atendem suas perspectivas. Tal fato deixa claro que a relação professor e aluno não se encontra equilibrada, necessitando o professor de treinamento para melhor desempenhar sua atividade e prática pedagógica.

Encontrou-se a realidade de que mais de 30% dos respondentes não se sentem socialmente incluídos. Tal fato evidencia que a instituição não está devidamente aparelhada e preparada para incluir seus alunos socialmente. No entanto, há que se entender que falar de inclusão no Brasil é falar de inclusão social, do direito de cidadania de todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Outra realidade encontrada no cenário do IFAL traz a percepção de que mais de 60% dos respondentes alegam que seus anseios e desejos cidadãos não são contemplados no IFAL. Tal fato evidencia que as propostas educacionais da instituição não atendem aos anseios e desejos da comunidade estudantil assistida. Para melhor ilustrar essa situação, observou-se que para mais de 30% dos respondentes a relação com os funcionários do

IFAL é de regular/péssimo, significando que não há uma preparação adequada por parte dos servidores da instituição no atendimento de seu público alvo. Tal quadro torna-se mais grave quando se encontra que para 45% dos alunos não há canal de diálogo entre alunos, professores e direção no IFAL. A inexistência de um canal de diálogo entre servidores e público-alvo comprova a necessidade de adoção de uma gestão democrática na instituição.

Observou-se que para 74% dos respondentes a estrutura física do IFAL é precária, havendo necessidade de melhorias nos aspectos físicos e ambientais da instituição. Tem-se, portanto, que para 18% dos respondentes há necessidade de melhorias na estrutura física do IFAL. Por fim, tendo-se por base o resultado evidenciado na pesquisa que 87% dos respondentes não participam do Programa Bolsa de Trabalho e 92% não participam do Programa de Apoio às Atividades Estudantis e que, além disso, para 11% dos respondentes não conseguem se inscrever nos programas, fica evidenciada a necessidade de melhor aparelhamento e adequada infraestrutura para que o profissional do Serviço Social possa atender os estudantes da instituição, procurando, com isso, por sua vez, atender os objetivos e metas da educação exigida para IFs em todo território nacional.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O questionamento focal do presente estudo foi delineado no sentido de identificar as políticas públicas voltadas para a educação, no sentido de promover a inclusão social de estudantes do Ensino Médio de escola pública brasileira, verificando o papel do profissional do Serviço Social no processo de inclusão desses alunos no Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

Na verificação do fato de que as políticas públicas para a área da educação atendem à promoção da inclusão social e formação dos alunos, ficou evidenciando que o país tem se preocupado no atendimento das previsões constitucionais vigentes regulamentadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), considerado a educação um dever do Estado e da família, voltada para a preparação para a vida e para o trabalho e a promoção do exercício da cidadania. Constata-se, portanto, que instrumentos legais existem para atender as exigências constitucionais vigentes, por meio de um elenco de políticas públicas que são ofertadas, necessitando, outrossim,

contemplar o maior número de estudantes na instituição estudada, atendendo, assim, o posicionamento por uma gestão democrática, participativa e inclusiva.

No bojo dessas observações encontrou-se que dentro do universo de alunos pesquisados, há uma série de outras consequências por eles apontadas que evidenciam a necessidade de mudança no modelo de gestão, promovendo, assim, um formato que seja delineado dentro de uma linha democrática, orgânica, integradora e participativa.

Conclui-se mais que, com a realização do presente estudo, as políticas públicas brasileiras visam contemplar um maior universo possível de pessoas necessitadas, principalmente naquelas voltadas para o setor de educação, constatando-se a existência de um forte aparato legal visando à cobertura de hipossuficiente, bem como comunidades em estado de vulnerabilidade social. Para êxito desses diplomas legais que elegem as políticas públicas de atendimento à sociedade, o assistente social está devidamente aparelhado para atuar visando o atendimento da política pública e o seu público alvo. Assim sendo, na instituição estudada são desenvolvidos diversos programas eleitos pelas políticas públicas nacionais, que são, no IFAL, de responsabilidade tanto da Coordenadoria de Serviço Social, como de outros segmentos do instituto. No entanto, vários dos programas disponíveis pelas políticas públicas não são desenvolvidos pela instituição, não se sabendo, ao certo, se por ausência de recursos ou se por negligência de gestão.

Por consequência, ao se verificar de que forma o Assistente Social atua no atendimento dos programas estabelecidos pelas políticas públicas, intervindo na inclusão social dos alunos do IFAL, encontrou-se o trabalho abdicado, determinado e voluntarioso dos assistentes sociais que atuam com as dificuldades infra estruturais e conduções de gestão inadequadas, visando ao máximo, atender os propósitos inclusivos socialmente dos estudantes da unidade escolar estudada. Esse fato influencia de forma determinante a observância do papel e das atribuições do assistente social na promoção de inclusão social da instituição, vez que, mesmo com a dedicação e afinco desses profissionais, as dificuldades permeiam sua atividade, oriundas de inadequada instalação física, da indefinição dos gestores e da carência de recursos para sua intervenção eficiente e eficaz.

Tem-se, portanto, por conclusão, que a efetiva inclusão social dos estudantes do Câmpus Maceió do IFAL, passa, evidentemente, pela ação indispensável dos profissionais do Serviço Social. Entende-se que ao se direcionar para o levantamento da realidade acerca do desenvolvimento da inclusão social dos alunos e as políticas



públicas da educação do Ensino Médio no IFAL, observou-se que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais é precarizado em razão das dificuldades de infraestrutura e de repasse de verbas para atendimento das necessidades dos estudantes e promoção do seu processo formativo. Observa-se que as políticas públicas dirigidas para o setor educacional são os diplomas legais que possibilitam a ação e atuação do profissional do serviço social na promoção da inclusão social dos alunos matriculados nas escolas públicas, notadamente nos Institutos Federais de Educação. Assim sendo, partindo da ideia de que para que haja inclusão dos alunos do Ensino Médio no IFAL é preciso que o profissional do Serviço Social coloque em prática as propostas das políticas públicas da educação, uma vez que estas buscam por meio da ação do assistente social no setor educacional, incluir o hipossuficiente e todos aqueles que se encontrem excluídos socialmente. Para tanto se faz necessário reverter o quadro diagnosticado, defendendo que para que haja inclusão dos alunos do Ensino Médio no IFAL é preciso que o profissional do Serviço Social tenha condições de trabalho para colocar em prática os propósitos das políticas públicas da educação. Isso subentende a realidade de que num universo de 3.057 alunos matriculados no Câmpus Maceió do IFAL, apenas 25% destes são contemplados com os programas ofertados pela instituição. E para que o Serviço Social possa desenvolver suas atividades para inclusão social e atendimento dos anseios e desejos dos estudantes do Câmpus Maceió do IFAL, necessita de infraestrutura adequada e de atenção dos gestores da instituição, para que possa, efetivamente, atender os princípios, metas e objetivos da instituição, bem como possibilitar o atendimento das competências e atribuições que lhes são conferidas nos propósitos da instituição escolar.

Conclui-se, por fim, que ao observar as diretrizes e parâmetros do Ensino Médio, a instituição deve adequar-se devidamente com as previsões da LDB e dos PCNs para atendimento do cidadão. Tal fato passa pelo aparelhamento e infraestrutura da Coordenadoria de Serviço Social, bem como de treinamento e capacitação dos servidores, isso porque, só por meio dessas medidas, a instituição poderá, via políticas públicas, atender seus estudantes promovendo a inclusão social e formação cidadã.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, J. A **assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública**. Disponível em [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v5n1\\_Jo.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm). Acesso em 20 jan 2011.

ALMEIDA, E. A formação histórico-normativa dos direitos humanos. **Datavênia**, Ano IX, nº82, abril, 2005.

ALMEIDA, N. L. **Serviço social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Disponível em [http://vhconsultoriastm.com.br/files/disciplina09\\_servico\\_social\\_e\\_politica\\_educacional\\_ney\\_teixeira.pdf](http://vhconsultoriastm.com.br/files/disciplina09_servico_social_e_politica_educacional_ney_teixeira.pdf). Acesso em 20 jan 2011.

ARAÚJO, A. A. A globalização e seus impactos na educação. **XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: CBAS, 2010.

BRASIL. **Construindo o sistema nacional articulado de educação**: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação. Brasília: CONAE, 2010.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social na educação**. Brasília: CFESS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros par atuação de assistentes sociais na política de assistência social**: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília: CFESS, 2009.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.

DURLI, Z. Políticas educacionais no contexto das políticas sociais. **Políticas públicas & inclusão digital**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FERREIRA, C. M.; SIKORSKI, D.; BARBOZA, S. G. MALVEZZI, R. A. **Processos de trabalho e serviço social**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GODOI, S. (Org.). **Fundamentos básicos do trabalho profissional**. Londrina: Unopar, 2008.

IFAL- **Plano de desenvolvimento institucional (PDI)**. Maceió: IFAL, 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução 09/CS, de 30 de março de 2011** – Regulamenta a Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Disponível em <http://www2.ifal.edu.br/sites/default/files/Resolu%2009%20CS-2011.pdf>. Acesso em 20 abr 2011.

KUENZER, A. (Org). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2009.

LOPES, E. **Serviço social e educação**: as perspectivas de avanços do profissional do serviço social no sistema escolar público. Disponível em [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_eleni.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_eleni.htm). Acesso 22 mar 2011.

PEQUENO, A. Prefácio. **Em Foco**, nº 3, novembro, 2008.

PIMENTA, S. G. Políticas públicas, diretrizes e necessidades da educação básica e formação de professores. **I Seminário Nordestino de Educação**. Maceió, 2002.

ROLAND, C. E. **Analisar políticas públicas voltadas à inclusão digital para delinear projetos para a região de Franca**: uma proposta de pesquisa. Disponível em <http://www.facef.br/novo/3fem/Encontro/Arquivos/Carlos%20Roland%20e%20Melissa.pdf>. Acesso em 20 jan 2011.

TEIXEIRA, J. Formulação, administração e execução de políticas públicas. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. Disponível em [http://freeormind.blogspot.com/2010/02/formulacao-administracao-e-execucao-de.html?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=feed&utm\\_campaign=Feed%3A+abrasuamente+%28%22Abra+sua+mente%22%29](http://freeormind.blogspot.com/2010/02/formulacao-administracao-e-execucao-de.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+abrasuamente+%28%22Abra+sua+mente%22%29). Acesso em 12 mar 2011.